

NOTA Técnica

DESIGUALDADES ENTRE RENDIMENTOS DO SETOR PÚBLICO E DO SETOR PRIVADO

Desigualdades entre rendimentos do setor público e do setor privado

Brasília-DF, outubro de 2024

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha
Governador

Celina Leão
Vice-Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL - SEEC

Ney Ferraz Júnior
Secretário

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA
DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF Codeplan**

Manoel Clementino Barros Neto
Diretor-Presidente

Marcos da Silva Amaro
Diretor de Administração Geral

Werner Bessa Vieira
Diretor de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Marcela Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Francisca de Fátima de Araújo Lucena
Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga
Diretora de Estratégia e Qualidade

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS - DIEPS

- Francisca de Fátima de Araújo Lucena - Diretora

Coordenação de Estudos e Avaliação de Políticas Socioeconômicas - CEAPS/DIEPS

- João Pedro Cardoso Dias - Coordenador

Elaboração do estudo

- Bárbara Christina P. S. Carrijo - Gerente de Avaliação de Políticas Socioeconômicas - GEAPS/CEAPS/DIEPS

Revisão e copidesque

Heloísa Herdy - Ascom

Editoração Eletrônica

Maurício Suda - Ascom

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. METODOLOGIA	10
3. COEFICIENTE DE GINI	11
4. RESULTADOS.....	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

1. INTRODUÇÃO

O Distrito Federal possui a maior renda *per capita* do Brasil, mas também apresenta um dos maiores índices de desigualdade de renda, ocupando a terceira posição segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023). Essa disparidade socioeconômica é resultado de diversos fatores, como por exemplo as características demográficas das famílias, os programas de transferência de renda, as condições do mercado de trabalho e a distribuição dos rendimentos do trabalho (BARROS *et al.*, 2006).

Analisar os diferentes rendimentos entre grupos setoriais pode ser complexo e desafiador, à medida que esses mercados são guiados por agrupamentos de regras e fatores institucionais diferentes. Os rendimentos do setor público, de um modo geral, são maiores do que os do setor privado. Além disso, Vaz (2020) exemplifica que, para os estatutários mais escolarizados e de maior idade, os adicionais de qualificação e tempo de trabalho elevam bastante os rendimentos, o que não ocorre para os empregados celetistas.

Os rendimentos do setor público, de um modo geral, são maiores do que os do setor privado. Entre as esferas do governo, a diferença salarial entre o setor público e o privado é maior na esfera federal (HOLANDA, 2009).

A disseminação salarial entre os setores público e privado para o estudo da desigualdade, traz um olhar sobre o papel do Estado na reprodução, ou na redução das desigualdades em algumas de suas ações. A divisão do mercado laboral entre os setores público e privado, levanta o questionamento da hipótese de que existam fatores institucionais na determinação da desigualdade e a demanda por mão de obra. Diante disso, o objetivo deste trabalho é estimar o coeficiente de Gini para o setor público e privado para a renda do trabalho no Distrito do Federal.

2. METODOLOGIA

A fonte de dados utilizada é fornecida pelos microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) proveniente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), cujo objetivo reside em elevar o arcabouço de informações disponíveis sobre o mercado de trabalho.

O recorte utilizado é composto pelo rendimento do trabalho dos indivíduos ocupados no Distrito Federal de 2018 a 2023. É importante ressaltar que, em alguns anos, a pesquisa não foi realizada em todos os meses, de forma que, em 2019, tem-se de janeiro a agosto e, em 2020, tem-se de fevereiro a dezembro. Os anos considerados são aqueles com os meses que fornecem um trimestre completo com todos os painéis, isto é, A, B e C, para garantir que as estimações consideram todos os setores censitários.

A estrutura do mercado de trabalho e suas ocupações são aspectos relevantes para explicar a diferença de rendimentos entre os indivíduos (PIKETTY, 2015). E, por essa razão, utiliza-se nesse estudo a renda do trabalho, com o intuito de mensurar as desigualdades existentes.

A construção de gráficos e índices é feita utilizando o software estatístico *R*, com o auxílio de pacotes *Convey*, *wINEQ* e *Survey*. Devido à natureza amostral da PED, o pacote *Survey* também é empregado para lidar com o fator de expansão. Os valores de rendimento são ajustados aos preços de dezembro de 2023, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística.

3. COEFICIENTE DE GINI

A Curva de Lorenz é uma medida gráfica de desigualdade, que relaciona a proporção cumulativa de renda com a proporção cumulativa de indivíduos. Ela ajuda a visualizar o grau de concentração da distribuição de renda. Esta representação gráfica é simples: no eixo horizontal, temos o número cumulativo de beneficiários de renda, ordenados dos mais pobres aos mais ricos, enquanto no eixo vertical, mostramos o percentual acumulado dos rendimentos totais.

Em um cenário de equidade perfeita, a curva seria uma linha inclinada a 45 graus, indicando que cada percentil da população receberia o mesmo percentil de rendimentos. Por um lado, quanto mais longe a curva de Lorenz estiver da linha de 45 graus (linha de igualdade perfeita), maior será a desigualdade entre os indivíduos. Por outro lado, quanto mais perto a curva estiver da reta de igualdade, menos desigual será o local analisado (GONZÁLEZ, 2020; HOFFMANN, 1971; MEDEIROS, 2012).

Uma das vantagens de se usar este método é a simples interpretação geométrica. Já a desvantagem, está na relativa insensibilidade às mudanças. Matematicamente, a curva de Lorenz pode ser expressa da seguinte forma:

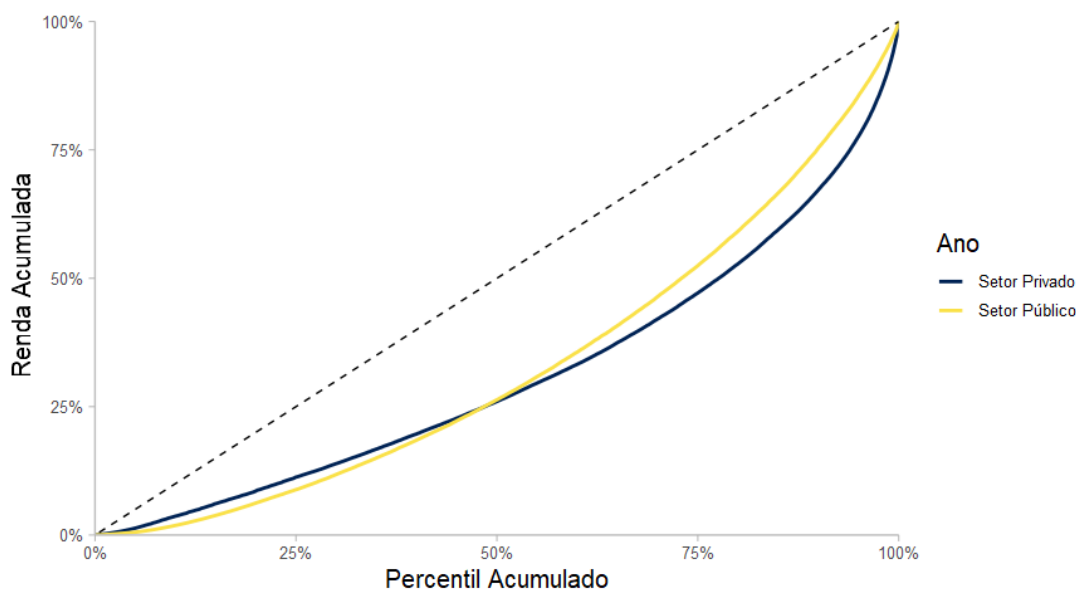
$$L\left(\frac{k}{P}\right) = \frac{\sum_{i=1}^k y_i}{Y}$$

em que:

- $k=1\dots n$: é a posição que cada indivíduo na distribuição de renda;
- $P =$: é o número total de indivíduos na distribuição;
- y_i : é a renda do i -ésimo indivíduo na distribuição; e
- $\sum_{i=1}^k y_i$: é a renda acumulada até o k -ésimo indivíduo.

A curva de Lorenz generalizada é a curva sem normalização pela renda e, por esse motivo, corresponde ao desempenho da renda acumulada ao longo da população (MEDEIROS, 2012). Dito de outra forma, a curva de Lorenz generalizada é uma alteração, em que a fração acumulada da renda até cada indivíduo da população é multiplicada pelo rendimento médio da distribuição.

Com base nos rendimentos de 2023, a Figura 1 apresenta a Curva de Lorenz para os setores privado e público. Até o percentil de 50%, o setor privado está mais próximo da linha de igualdade perfeita (linha pontilhada), isto é, menor desigualdade no setor privado. Acima desse percentil, a desigualdade se intensifica no setor privado, enquanto no setor público, ela tende a ser menor.

Figura 1 - Curva de Lorenz para o setor privado e público do Distrito Federal, 2023

Fonte: GEAPS/CEAPS/DIEPS a partir dos dados da PED

O Índice de Gini é uma das medidas mais citadas e utilizadas para analisar as diferenças na distribuição da renda de determinado local, isto é, mede o quão distante uma distribuição se encontra de uma distribuição teoricamente perfeita. O cálculo é proveniente da área entre as duas curvas (Curva de Lorenz e a linha de 45 graus de inclinação) em relação à área abaixo da curva de 45 graus e foi proposto por Conrado Gini em 1914.

É uma medida que sintetiza a desigualdade em um único valor e quanto maior o índice de Gini, menor o grau de equidade de distribuição observado. O valor desse índice está em um intervalo entre zero e um, sendo 0 a perfeita igualdade e 1 a perfeita desigualdade. Tal sintetização da desigualdade pode acarretar em perda de informação sobre a distribuição como um todo (MEDEIROS, 2012). O índice pode ser obtido de várias maneiras e admite muitas expressões alternativas e úteis, cada uma das quais iluminando algum aspecto particular.

Abaixo uma forma de cálculo desta medida,

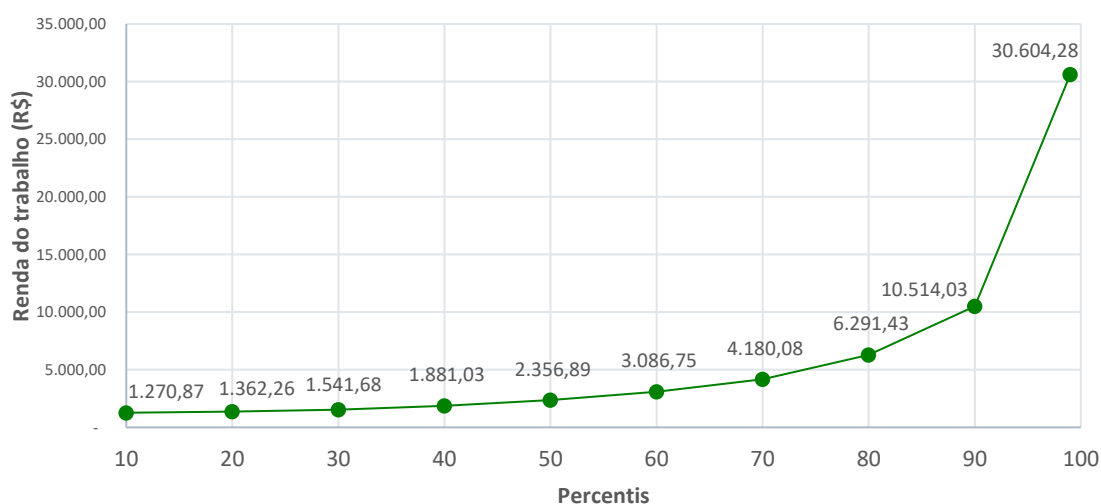
$$G = 1 - \sum_{i=1}^N (x_i - x_{i-1}) (y_i - y_{i-1})$$

- G : coeficiente de Gini;
- x_i : é a proporção acumulada da população; e
- y_i : é a proporção acumulada da renda.

4. RESULTADOS

Os dados de percentis da renda do trabalho no Distrito Federal em 2023, permitem observar que os 10% mais pobres, recebem rendimento do trabalho em torno de R\$ 1.270,87, um valor oito vezes menor do que os 10% mais ricos. E um valor inferior ao salário mínimo vigente no ano¹ (Figura 2). Outra característica desse percentil de menor renda, diz respeito ao fato de que o rendimento desse grupo vem aumentando quando se olha de 2018 a 2023. Apesar disso, esse percentil é o único, nesse período, que possui proventos inferior ao salário mínimo. A mediana dos rendimentos (50%) possui um rendimento de R\$ 2.356,89.

Figura 2 - Percentis de renda do trabalho no Distrito Federal, 2023

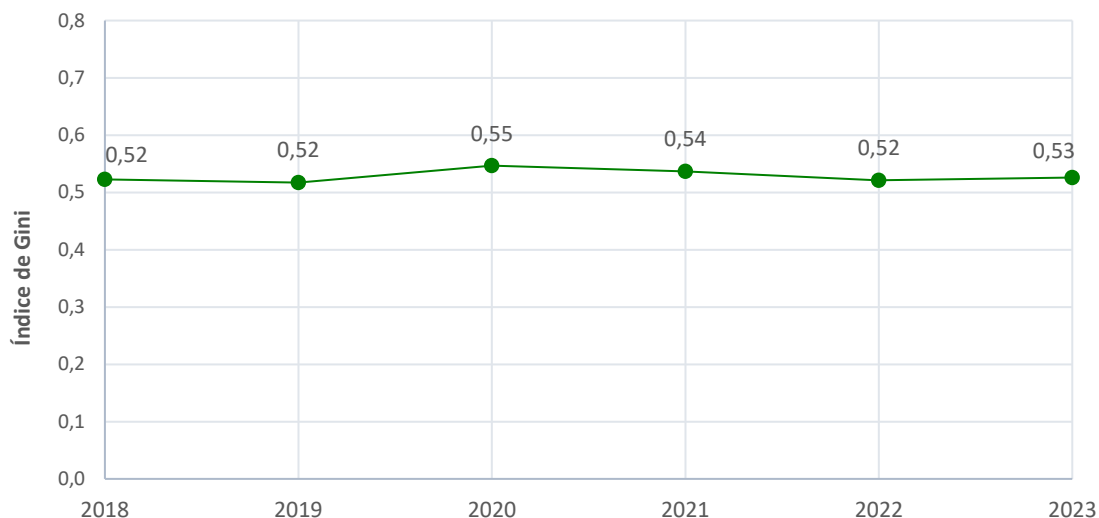


Fonte: GEAPS/CEAPS/DIEPS a partir dos dados da PED

Sobre os percentis de renda mais elevados, têm-se que os 10% mais ricos ganham oito vezes mais do que os 10% mais pobres. O percentil do 1% mais rico possui rendimento de R\$ 30.604,28, o que representa um ganho 24 vezes maior do que o percentil de menor renda analisado. E 13 vezes mais do que 50% da distribuição. O percentil do 1% mais rico também apresenta, de forma geral, aumento da renda em comparação com anos anteriores (2018 a 2022).

O índice de Gini para o Distrito Federal no período de 2018 a 2023 (Figura 3) possui pouca variação no período analisado. No início da série temporal, é observado um coeficiente de 0,52, o qual atinge seu ponto mais elevado em 2020, de 0,55 para os dois anos.

¹ Salário mínimo em 2023: R\$ 1.320,00.

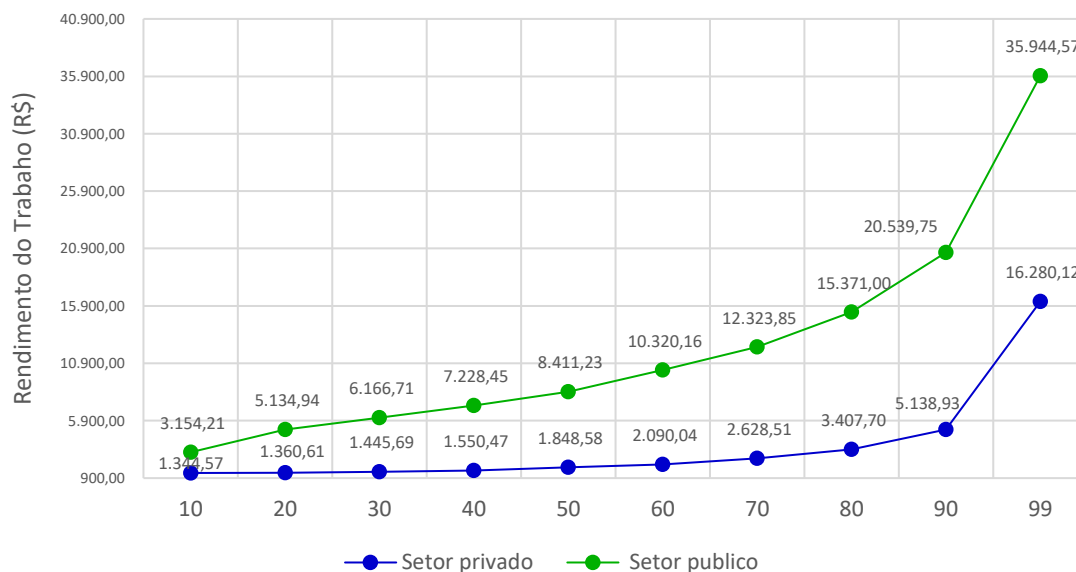
Figura 3 - Índice de Gini do Distrito Federal, 2018 a 2023

Fonte: GEAPS/CEAPS/DIEPS a partir dos dados da PED

O ano de 2020 marcou o mundo com a pandemia da Covid-19. Esse período foi caracterizado por medidas de distanciamento e isolamento social, adotadas para prevenir e conter a disseminação do vírus. Isso resultou no fechamento temporário de algumas empresas, comércios e na redução do fluxo de pessoas. Todo esse contexto de crise sanitária teve como consequência um aumento na desigualdade em 2020 em 5,8%. Os anos subsequentes retomam a queda da desigualdade.

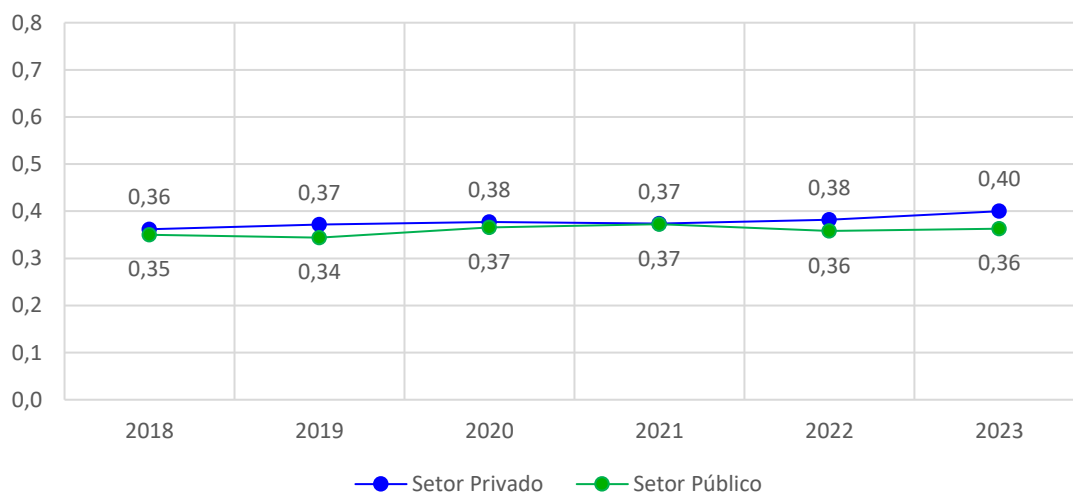
A trajetória dos dados apresenta limitada alteração no período analisado, de forma que é observado um aumento da desigualdade no ano de 2023 em relação a 2018. Essa constatação revela que houve uma mudança limitada no índice ao longo do tempo, indicando a persistência da concentração de renda na população. Esse comportamento dos índices, com pouca variação ao longo dos anos, também foi observado por Cruz *et al.* (2016), que apontaram uma redução do índice de Gini a partir do primeiro trimestre de 2008.

A Figura 4 apresenta o percentil por setor público e privado do Distrito Federal em 2023. Os dados permitem observar a diferença de rendimento do trabalho por percentil e por posição na ocupação. No setor privado, o maior rendimento observado é de R\$ 16.280,12, enquanto para o setor público é de R\$ 35.944,57.

Figura 4 - Percentis de renda por setor público e privado do Distrito Federal, 2023

Fonte: GEAPS/CEAPS/DIEPS a partir dos dados da PED

No percentil dos 10% mais pobres, o menor rendimento observado no setor privado é de R\$ 1.344,57 e no setor público de R\$ 3.154,21. Ao observar a mediana, o setor público possui um rendimento de R\$ 8.411,23 e o setor privado de R\$ 1.848,58.

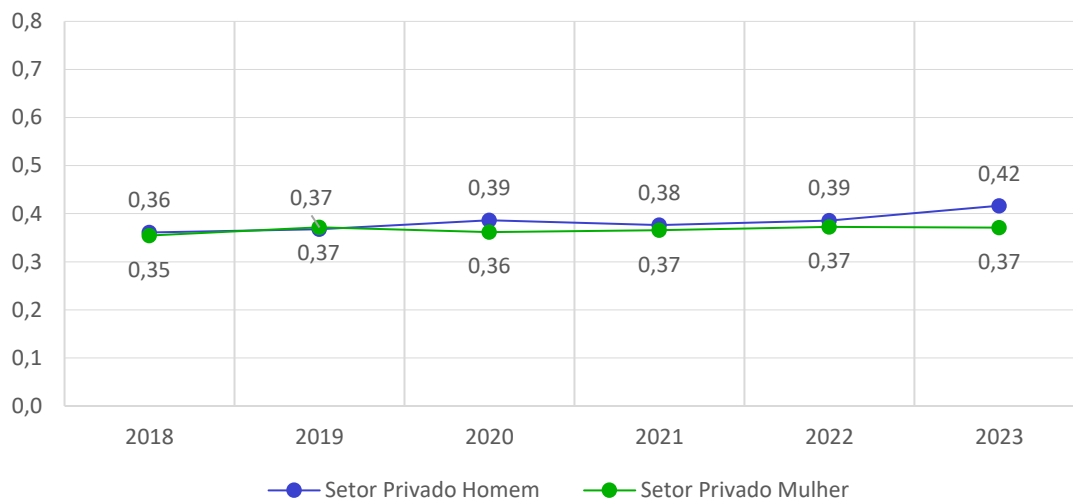
Figura 5 - Índice de Gini por setor público no Distrito Federal, 2018 a 2023

Fonte: GEAPS/CEAPS/DIEPS a partir dos dados da PED

Há indicativos que apontam que homens e mulheres no mercado de trabalho, mesmo com os mesmos atributos produtivos, recebem remunerações distintas. De forma que, a elevação dos anos de estudo das trabalhadoras, tende a não acompanhar o aumento da remuneração e crescimento na carreira (ONU, 2015). A remuneração desigual entre trabalhadores igualmente produtivos, gera ineficiência econômica. Diante do exposto, questiona-se qual o impacto do setor público e do privado em gerar e/ou reproduzir as desigualdades existentes no mercado de trabalho.

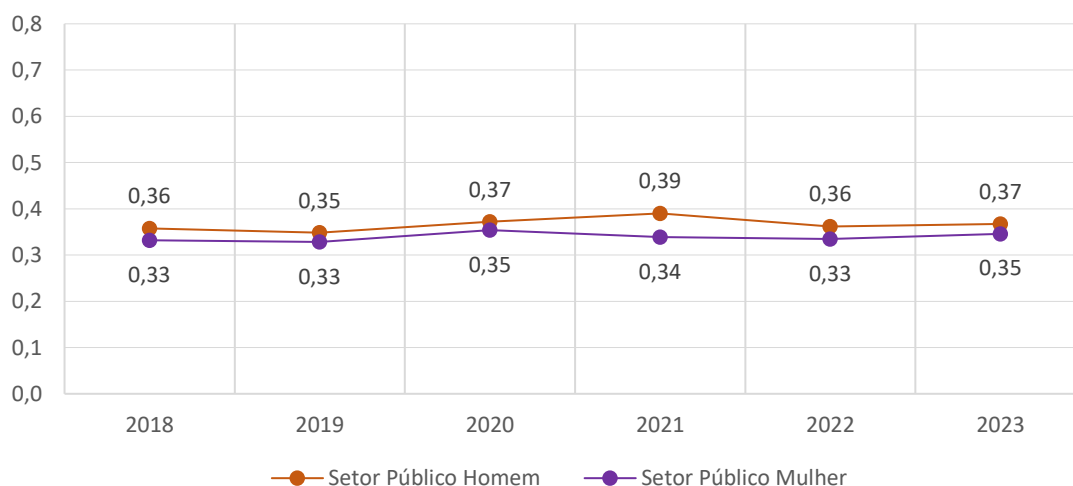
As Figuras 6 e 7 apresentam o índice de Gini por setor e sexo, para o Distrito Federal em 2023. Os dados permitem observar que no setor público, a desigualdade é maior para os homens do que para as mulheres e a distância aumenta em 2023. No setor privado possui a mesma diferença de desigualdade entre sexos, sendo a maior entre os grupos em 2021, mas, posteriormente, as diferenças se estreitam.

Figura 6 - Índice de Gini por setor privado do Distrito Federal, 2023



Fonte: GEAPS/CEAPS/DIEPS a partir dos dados da PED

Figura 7 - Índice de Gini por setor público do Distrito Federal, 2023



Fonte: GEAPS/CEAPS/DIEPS a partir dos dados da PED

A análise dos percentis de renda no setor público do Distrito Federal em 2023 revela uma desigualdade significativa entre trabalhadores negros e não negros (Tabela 1). Os trabalhadores não negros concentram maiores rendimentos em todos os percentis.

Tabela 1 - Percentis de renda no setor público e privado, por cor - Distrito Federal, 2023

(Em R\$)

Percentil	Setor Privado		Setor Público	
	Negro	Não Negro	Negro	Não Negro
10	1.344,57	1.345,81	2.567,47	4.130,54
20	1.358,17	1.363,14	4.141,86	5.767,15
30	1.428,20	1.543,37	5.168,24	7.194,50
40	1.540,48	1.848,58	6.195,82	8.269,19
50	1.652,22	2.090,04	7.340,00	10.277,85
60	2.037,23	2.628,51	8.671,21	11.565,43
70	2.476,84	3.361,43	10.336,49	14.346,27
80	3.074,20	4.316,70	12.403,79	16.444,56
90	4.128,07	7.224,12	16.462,65	22.443,14
99	12.333,42	21.422,99	33.816,20	37.000,27

Fonte: GEAPS/CEAPS/DIEPS a partir dos dados da PED

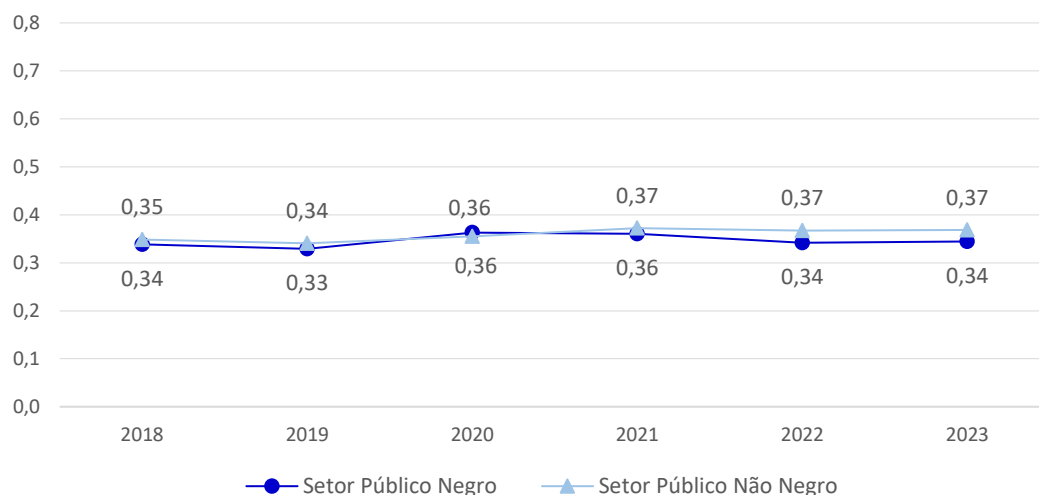
A disparidade é ainda mais acentuada nos extremos da distribuição de renda. Enquanto os 10% mais ricos dos trabalhadores não negros ganham cinco vezes mais que os 10% mais pobres, entre os trabalhadores negros essa diferença salta para treze vezes. A desigualdade se amplia à medida que se considera percentis mais elevados, sendo máxima no grupo dos 10% mais ricos, onde os negros recebem quase R\$ 6.000,00 a menos que os não negros.

No setor privado, a diferença de renda também é evidente, e a discrepância entre os percentis é maior entre os não negros, do que entre os negros. No entanto, a desigualdade aumenta à medida que o percentil se eleva nos dois os grupos. Comparando o 1% mais ricos, os não negros ganham mais de R\$ 9.000,00 que os negros. A concentração de renda é mais acentuada entre os não negros do setor privado, onde o 1% mais ricos ganham onze vezes mais que os 40% mais pobres. Entre os negros, a diferença é de oito vezes.

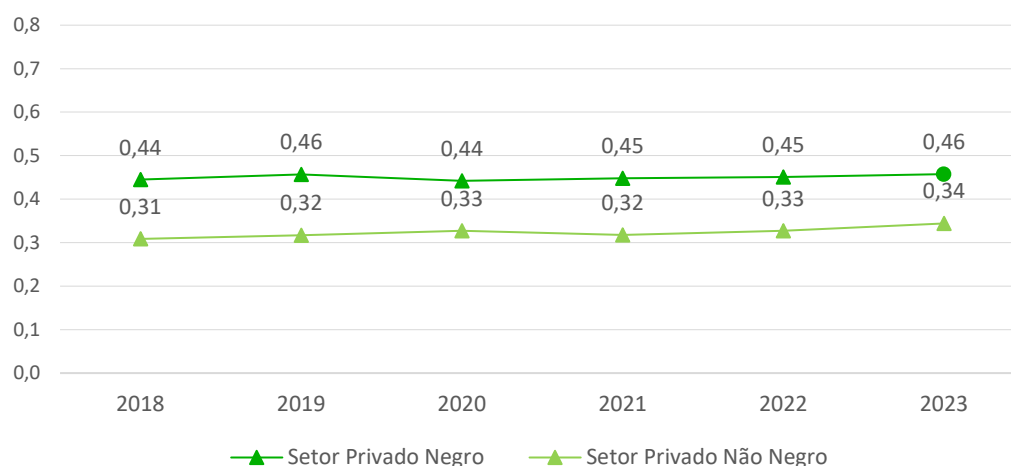
A desigualdade no setor público é maior para os indivíduos não negros no mercado de trabalho. Já no setor privado a desigualdade é muito mais elevada para os trabalhadores negros. As Figuras 9 e 10 apresentam o Gini por setor público e privado, por cor, para o Distrito Federal. Os dados permitem observar que, no setor público, a desigualdade é maior para os homens do que para as mulheres e a distância aumenta em 2023. O setor privado possui a mesma diferença de desigualdade entre sexos, sendo maior entre os grupos em 2021, mas, posteriormente, as diferenças se estreitam.

No setor público, a desigualdade é maior para os não-negros, com aumento de 0,02 p.p. entre 2018 e 2023. Já para os trabalhadores negros, não houve variação entre o ano inicial e o final da série. Já no setor privado, essa situação se inverte e o trabalhador negro possui maior índice de desigualdade do que o trabalhador não-negro. Em 2023, essa diferença na desigualdade chega a 0,12 p.p..

Olhando para a desigualdade por cor para os dois setores, observa-se um valor do Gini muito elevado para os trabalhadores negros no setor privado ao longo de toda a série analisada.

Figura 9 - Índice de Gini por cor no setor público do Distrito Federal

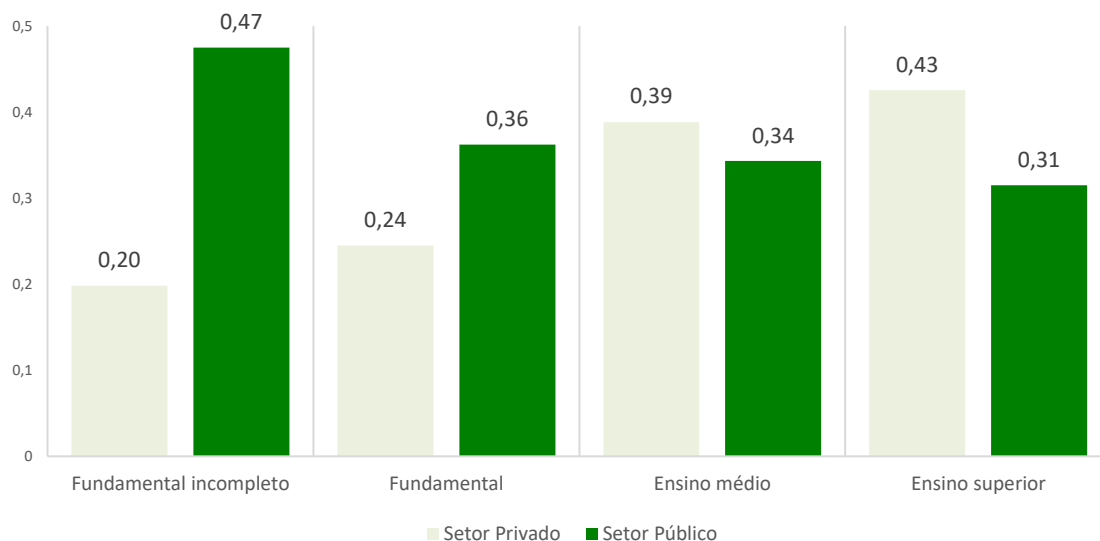
Fonte: GEAPS/CEAPS/DIEPS a partir dos dados da PED

Figura 10 - Índice de Gini por cor no setor privado do Distrito Federal

Fonte: GEAPS/CEAPS/DIEPS a partir dos dados da PED

De uma maneira geral, a desigualdade de renda é mais acentuada no setor privado quando comparada ao setor público. Essa diferença se intensifica ainda mais ao considerar as desigualdades por sexo e cor. Ao observar o efeito da escolaridade em cada setor sobre o coeficiente de Gini, é possível constatar que quanto menor o nível de escolaridade, maior a desigualdade no setor público. E, de modo oposto, quando mais elevada a escolaridade, maior a desigualdade no setor privado. À medida que avançamos para os percentis mais elevados, a diferença entre os rendimentos dos trabalhadores dos dois setores aumenta de forma considerável, principalmente entre os trabalhadores do setor público (Tabela 2).

O baixo rendimento dos servidores públicos nos menores percentis de renda pode ser explicado por diversos fatores. A presença de indivíduos com menos de 18 anos, como estagiários e aprendizes, que recebem remuneração inferior, é uma das principais explicações para esta situação.

Figura 11 - Índice de Gini por escolaridade e por setor do Distrito Federal, 2023

Fonte: GEAPS/CEAPS/DIEPS a partir dos dados da PED

Tabela 2 - Percentis de renda no setor público e privado, por escolaridade - Distrito Federal, 2023

(Em R\$)

Percentil	Setor privado				Setor público			
	Até fundamental incompleto	Fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Até fundamental incompleto	Fundamental	Ensino médio	Ensino superior
10	1.339,65	1.339,65	1.346,59	2.090,04	688,62	1.344,57	2.877,80	5.242,86
20	1.352,65	1.355,62	1.463,03	3.060,43	1.332,15	2.057,83	4.389,08	7.151,06
30	1.362,26	1.365,24	1.754,43	3.984,57	2.065,27	3.060,43	5.242,86	8.261,09
40	1.434,63	1.468,00	2.057,83	4.626,17	4.134,60	4.128,07	6.308,42	10.269,88
50	1.530,21	1.548,95	2.569,46	5.242,86	4.644,07	5.138,93	7.359,82	11.495,21
60	1.572,86	1.754,43	3.060,43	6.708,11	6.111,69	5.767,15	8.912,86	13.416,21
70	1.832,60	2.053,98	3.601,21	8.269,19	6.660,77	6.712,13	10.326,36	15.504,73
80	2.067,30	2.567,47	4.380,04	11.565,43	8.671,21	8.148,92	12.333,42	19.382,71
90	2.664,31	3.145,72	6.201,89	15.480,25	13.241,99	10.186,15	15.480,25	24.693,98
99	4.334,47	5.995,16	16.322,28	33.554,30	18.810,34	16.822,45	30.833,56	39.953,32

Fonte: GEAPS/CEAPS/DIEPS a partir dos dados da PED

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distribuição de renda no Distrito Federal é marcada por elevada desigualdade, como evidenciado pelo índice de Gini. Tal concentração de renda pode restringir a igualdade de oportunidades e comprometer o desenvolvimento econômico. Com o intuito de contribuir para o entendimento da desigualdade no Distrito Federal, este estudo teve como objetivo analisar as disparidades de rendimentos entre os setores público e privado na referida unidade da federação. Os resultados sinalizam para a existência de maior desigualdade no setor privado em relação ao setor público. Além disso, diferenças aumentam quando se considera outras características dos trabalhadores, por exemplo, a cor/raça do indivíduo em cada setor.

Há concentração de renda nos percentis mais elevados nos dois os setores, com diferenças acentuadas entre os rendimentos do trabalho em favor dos não negros, indicando a persistência de desigualdades históricas e estruturais. A desigualdade entre sexos é maior no setor privado, que possui um Gini mais elevado para os homens no setor privado, do que para os demais.

Análises mais aprofundadas sobre quais ocupações dentro do setor público elevam a renda e quais diminuem, como os diferentes rendimentos no setor público, são explicados pela diferença de cargos/ocupação, pelo fato de estarem alocados na esfera federal, estadual e/ou por estarem alocados em determinado órgão, podem ajudar a entender mais a fundo as desigualdades existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P. D. O., Foguel, M. N. O., & Ulyseia, G. O. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. 2006.

GONZÁLEZ, H. A. B. **La curva de Lorenz y el coeficiente de Gini como medidas de la desigualdad de los ingresos**. REICE: Revista Electrónica de Investigación en Ciencias Económicas, v. 8, n. 15, p. 104-125, 2020.

HOFFMANN, R. **Contribuição à análise da distribuição da renda e da posse da terra no Brasil**. Universidade de São Paulo, 1971.

HOLANDA, A. L. N. **Diferencial de salários entre os setores público e privado: uma resenha da literatura**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009. (Texto para Discussão, n. 1.457).

MEDEIROS, M. **Medidas de desigualdade e pobreza**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Progressoftheworld'swomen 2015-2016: transforming economies, realizingrights**. unwomen, 2015. Disponível em: http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW_progressreport.pdf. Acesso em: 28 jul. 2024.

PIKETTY, T. **A economia da desigualdade**. Editora Intrínseca, 2015.

R CORE TEAM. **R: A Language and Environment for Statistical Computing**. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2023.

VAZ, D. V. **Diferenças salariais por gênero no setor público brasileiro no período 2002-2015: Magnitude, evolução e determinantes**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 40, n. 2, p. 1-14, 2018.

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. IPEDF Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.ipe.df.gov.br
ipe@ipe.df.gov.br